

LÍNGUA PORTUGUESA

- I. Leia o texto a seguir para responder as questões de 01 a 04.

O que é a 'cultura de cancelamento' Mariana Sanches - @mariana_sanches - Da BBC News Brasil em Washington - 25 julho 2020 (adaptado)

O movimento hoje conhecido como "cultura do cancelamento" começou, há alguns anos, como uma forma de chamar a atenção para causas como justiça social e preservação ambiental. Seria uma maneira de amplificar a voz de grupos oprimidos e forçar ações políticas de marcas ou figuras públicas.

Funciona assim: um usuário de mídias sociais, como Twitter e Facebook, presencia um ato que considera errado, registra em vídeo ou foto e posta em sua conta, com o cuidado de marcar a empresa empregadora do denunciado e autoridades públicas ou outros influenciadores digitais que possam amplificar o alcance da mensagem. É comum que, em questão de horas, o post tenha sido replicado milhares de vezes.

O cancelamento (da cultura) é diferente da trollagem típica de internet, eventualmente com insultos coordenados, frequente em disputas de opinião entre usuários das redes. O "cancelamento" é um ataque à reputação que ameaça o emprego e os meios de subsistência atuais e futuros do cancelado. Extremamente frequente nos Estados Unidos, ela hoje abate personalidade, mas também anônimos.

1. A expressão "cultura do cancelamento" equivale, semanticamente a:
 - a) Princípio ambiental e econômico
 - b) Equidade judicial e política
 - c) Disjunção social e ambiental
 - d) Imparcialidade de direitos
 - e) Equilíbrio político e econômico
2. O jogo expressivo criado em "cultura do cancelamento" e "cancelamento da cultura" revela que:
 - a) A primeira tem conotação afirmativa enquanto que a segunda é difamatória.
 - b) A primeira denota uma ação midiática em detrimento da segunda.

- c) A segunda diverge da primeira cuja ação tem vultoso impacto social.
 - d) A segunda converge com a primeira, visto reforçar o papel das redes sociais.
 - e) A primeira e a segunda denotam ritos de afrontas e desconstruções sociais.
3. Na internet, o emprego da palavra "trollagem" significa
 - a) Insultar algo ou alguém e influenciar a opinião dos usuários da rede.
 - b) Ameaçar a reputação de alguém limitando sua participação na rede.
 - c) Enfraquecer a personalidade de alguém influenciando seu futuro na rede.
 - d) Afrontar a opinião pública seja ela oriunda ou não das redes sociais.
 - e) Reforçar condutas e comportamentos considerados típicos na internet.
4. Na passagem: "O movimento "cultura do cancelamento" começou, **há** alguns anos, como uma forma de chamar a atenção para causas como justiça social e preservação ambiental", o verbo
 - a) É auxiliar do verbo começar para imprimir-lhe a ideia de acontecimento.
 - b) É verbo principal e, no trecho, tem a acepção de "ter".
 - c) É verbo principal que, de forma reflexa, tem sentido de "conduzir-se".
 - d) É verbo principal que se conjuga em 3ª pessoa do singular.
 - e) É verbo principal que, nesse caso, expressa tem transcorrido.

Considere o parágrafo: "O cancelamento (da cultura) é diferente da trollagem típica de internet, eventualmente com insultos coordenados, frequente em disputas de opinião entre usuários das redes. O "cancelamento" é um ataque à reputação que ameaça o emprego e os meios de subsistência atuais e futuros do cancelado. Extremamente frequente nos Estados Unidos, ela hoje abate personalidade, mas também anônimos" para responder as questões de 5 a 8.

5. Ele se constitui de períodos constituídos, respectivamente, de:

- a) De três sequências coordenadas assindéticas ligadas apenas por pontuação.
- b) Duas sequências coordenadas e uma subordinada substantiva.
- c) Uma sequência coordenada, uma subordinada adjetiva e outra coordenada.
- d) Duas sequências coordenadas sindéticas e uma subordinada adverbial.
- e) Uma sequência subordinada substantiva e duas coordenadas assindética.
6. O trecho: “eventualmente com insultos coordenados” caracteriza-se sintaticamente como:
- a) Parte integrante de oração subordinada apositiva.
- b) Uma oração coordenada explicativa.
- c) Expressão acessória de oração subordinada adverbial causal.
- d) Trecho adverbial que influencia o sentido da ação declarada.
- e) Sequência de valor apositivo que caracteriza o termo “internet”.
7. Na passagem: “Extremamente frequente nos Estados Unidos, ela hoje abate personalidade, mas também anônimos”, a oração coordenada pode ser substituída por uma das alternativas abaixo, sem prejuízo de sentido:
- a) ela hoje abate personalidade e anônimos.
- b) ela hoje abate personalidade ou anônimos.
- c) ela hoje abate personalidade, porém também anônimos.
- d) ela hoje abate personalidade, bem como anônimos.
- e) ela hoje abate personalidade, desde que anônimos.
8. O termo sublinhado em: “O movimento "cultura do cancelamento" começou, há alguns anos, como uma forma de chamar a atenção para causas como justiça social e preservação ambiental” Transitividade: transitivo direto, transitivo indireto, transitivo direto e indireto, intransitivo e pronominal:
- a) É transitivo direto e seu significado alude a “convocar”.
- b) É transitivo direto e indireto, e a sequência traz objetos direto e indireto.

- c) É intransitivo e a sequência se constitui de termos acessórios à oração.
- d) É transitivo indireto, seguido de um termo preposicionado.
- e) É transitivo direto e significa “qualificar”, “apelidar”, “dar nome”.
9. Na passagem: “Funciona assim: um usuário de mídias sociais, como Twitter e Facebook, presencia um ato que considera errado, registra em vídeo ou foto e posta em sua conta”, o uso dos dois pontos se justifica porque:
- a) Introduce uma sequência de citações verbais.
- b) Anuncia uma enumeração sequencial de ações.
- c) Apresenta, na sequência, uma oração apositiva.
- d) Inicia um esclarecimento ou síntese de uma ação.
- e) Introduce a fala daquele que realiza ação descrita.
10. Na sequência de predicados: “presencia um ato que considera errado, registra em vídeo ou foto e posta em sua conta” observa-se a recorrência de verbos que exigem:
- a) A presença de termos determinantes preposicionados ou não antes dos nomes.
- b) A obrigatoriedade, antes dos termos nominais, de fusão entre artigo e preposição.
- c) A constância de determinantes preposicionados em ambos os casos.
- d) A regularidade de termos determinantes não preposicionados em ambos os casos.
- e) A concessão de facultar o uso de determinantes antes dos substantivos.

Leia o texto a seguir para responder as questões de 11 a 15.



Fonte: Tiras Armandinho - Disponível em <https://tirasarmandinho.tumblr.com> - Acesso em 18/11/2020

11. As orações “...superar o comodismo e o medo...” e “...rever antigos conceitos...” classificam-se sintaticamente como subordinadas substantivas
- A primeira e a segunda são predicativas.
 - A primeira e a segunda são subjetivas.
 - A primeira e a segunda são objetivas diretas.
 - A primeira predicativa e a segunda subjetiva.
 - A primeira subjetiva e a segunda predicativa.
12. Os verbos: “superar”, “rever” e “desenvolver” presentes nos segundo e terceiro quadros apresentam, em termos de transitividade, a(s) seguinte(s) característica(s):
- São transitivos diretos e pronominais.
 - São transitivos diretos e indiretos.
 - São transitivos e intransitivos.
 - São transitivos indiretos.
 - São intransitivos diretos.
13. No último quadro, a palavra “empatia” não deve ser empregada no sentido de
- Aptidão para colocar-se no lugar de alguém, pressupor suas ações e pensamentos.
 - Capacidade de se colocar no lugar do outro, prever suas atitudes e opiniões.
 - Competência que impossibilita que alguém depreenda o significado de algo ou de um objeto.
 - Capacidade de alguém se sensibilizar com a situação de outra pessoa.
 - Identificação de um sujeito com alguém, o que lhe permite especular suas sensações e ações.
14. O trecho “Desenvolver empatia não é pra qualquer um!” (3º quadro) gera um efeito de sentido expresso na figura de linguagem
- Paradoxo
 - Eufemismo
 - Metáfora
 - Ironia
 - Antítese
15. As reticências que iniciam e terminam os trechos: “... superar o comodismo e o medo...” e “... rever antigos conceitos...” indicam
- Breve e proposital interrupção do pensamento.
 - Ideias deveriam se prologar em um período.

- Sentimentos ou emoções podem ser perceptíveis.
- Palavras ou partes de discursos foram suprimidas.
- Um fato ou uma opinião que deverá ser continuado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Quanto ao direito penal assinale a alternativa incorreta:
- No Direito Penal, o princípio da legalidade possui quatro finalidades importantíssimas: proibir a retroatividade da lei penal; proibir a criação de crimes e penas pelos costumes; proibir o emprego de analogia para criar crimes e penas e proibir incriminações vagas e indeterminadas.
 - No que tange à gradação das penas temos as infrações penais de menor potencial ofensivo cuja pena máxima não pode ser superior a 2 anos, cumulada ou não com multa, Infrações penais de médio potencial ofensivo com pena máxima superior a 2 anos, mas cuja pena mínima seja igual ou inferior a um ano e infrações penais de maior potencial ofensivo com pena máxima superior a 2 anos e pena mínima superior a um ano.
 - O crime doloso ocorre quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo, crime culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia e crime preterdoloso é uma espécie de crime agravado pelo resultado, no qual o agente pratica uma conduta antecedente dolosa e deste decorre um resultado consequente culposo.
 - Concurso de crimes é a nomenclatura dada à prática de mais de um crime por parte do agente, seja mediante uma só ação ou várias ações, sendo subdividido em concurso material, concurso formal e crime continuado.
 - São causas legais de exclusão da culpabilidade, inimizabilidade, a ausência de potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.
17. Assinale a alternativa correta:

- a) O concurso de pessoas é a participação inconsciente e involuntária de duas ou mais pessoas na mesma infração penal. Tem-se a livre convergência de vontades para um fim ilícito comum.
- b) Livramento condicional é a possibilidade de que tem o condenado, que já cumpriu certo tempo de pena privativa de liberdade, de poder cumprir solto o período restante, mediante determinadas condições, já a suspensão condicional da pena é a suspensão parcial da execução de certas penas privativas de liberdade, durante um período de tempo de acordo com o caso concreto.
- c) Ação penal é o direito objetivo público autônomo e abstrato de invocar a tutela jurisdicional do Estado para que este resolva conflitos provenientes da prática de condutas definidas em lei como crime.
- d) A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm, obrigatoriamente sendo concedida com eficácia temporária e territorial limitada.
- e) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social e no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso, excluída a participação do Sistema Único de Saúde (SUS) que é opcional.
- 18.** No que tange ao Direito Processual Penal, podemos afirmar:
- a) Dentre alguns dos princípios norteadores do Direito Processual Penal podemos elencar: princípio da presunção de inocência, princípio da imparcialidade do juiz, princípio do contraditório, princípio da ampla defesa.
- b) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício; mediante requisição da autoridade judiciária ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo, vedada a intervenção do Ministério Público.
- c) A ação penal privada é aquela na qual se tem como titular, em regra, o Ministério Público, por meio da qual se busca o início da ação penal mediante a apresentação da queixa (petição inicial da ação penal privada).
- d) A ação penal encontra-se posta tendo como sujeitos o juiz, que é o sujeito processual parcial, assim como as partes representadas pela acusação feita pelo Ministério Público ou o querelante e/ou assistente da acusação e pela defesa, representada pelo querelado e seu advogado.
- e) As medidas cautelares previstas pelo Código de Processo Penal visam a garantia do processo, após a sentença penal, sendo as mais usuais a prisão em flagrante e a prisão preventiva.
- 19.** No que concerne a ritualística processual e dispositivos constitucionais ínsitos ao Direito Processual Penal, assinale a alternativa não podemos afirmar:
- a) O prazo processual penal considera como marco inicial para contagem de prazo, o primeiro dia útil subsequente à intimação.
- b) A nulidade no Processo Penal pode ser conceituada como um defeito jurídico que torna inválido ou destituído de valor de um ato ou o processo, total ou parcialmente.
- c) No direito Processual Penal Brasileiro existem algumas espécies de recursos, tais como; Recurso em sentido estrito, Apelação, Embargos declaração, Embargos infringentes e agravo de petição.
- d) O “habeas corpus” constitui-se em remédio constitucional cabível sempre que alguém estiver sofrendo ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- e) São alguns dos Princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal brasileiro: Princípio da imunidade à autoacusação; Princípio do juiz natural; Princípio da publicidade e Princípio da vedação às provas ilícitas.
- 20.** Analise as assertivas postas quanto ao sistema constitutivo e organizacional da Defensoria Pública, assim como os princípios que o norteiam e assinale a alternativa incorreta:
- a) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma da lei.

- b) A advocacia pública é exclusivamente desempenhada ao nível federal pela Advocacia Geral da União – AGU, e ao nível estadual e municipal pelas respectivas Procuradorias-Gerais dos Estados ou dos municípios, nos termos editados pela legislação de cada um dos Estados brasileiros ou leis orgânicas municipais, e integram os Poderes Executivos Estaduais ou municipais.
- c) São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus; promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- d) A independência funcional assume caráter dúplice no regramento jurídico da Defensoria Pública, sendo prevista, juntamente com a indivisibilidade e a unidade, como um princípio institucional e também, ao lado da inamovibilidade e da redutibilidade de vencimentos, como uma garantia dos defensores públicos.
- e) A legislação ordinária infraconstitucional alargou sobremodo o campo de atuação da Defensoria Pública atribuindo-lhe legitimidade para as Ações Civil Pública, e ainda, para além das atividades forenses exige a participação na formulação das ações e políticas públicas no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Sistema Penitenciário.
- 21.** Em referência à organização e atuação da Defensoria Pública do Estado Paraíba, é incorreto afirmar:
- a) A Defensoria Pública do Estado é instituição permanente, essencial à função jurisdicional, e tem por finalidade a tutela jurídica integral e gratuita, individual e coletiva, judicial e extrajudicial, dos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal.
- b) São atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, dentre outras: manter comissões específicas, provisórias ou permanentes, para formular e acompanhar propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa e prestar atendimento interdisciplinar.
- c) A estrutura organizacional da Defensoria Pública do Estado compreende: órgãos de administração superior: a) a Defensoria Pública-Geral do Estado; a Subdefensoria Pública-Geral do Estado; o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado e a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado.
- d) Compete ao Subdefensor Público-Geral do Estado coordenar o planejamento da Defensoria Pública do Estado, observando o cumprimento das normas técnicas de elaboração de planos, programas, projetos e orçamentos, bem como acompanhando sua execução.
- e) A Corregedoria-Geral é órgão da administração superior da Defensoria Pública do Estado encarregado da orientação e fiscalização da atividade funcional e da conduta pública dos membros da instituição, bem como da regularidade do serviço, sendo o corregedor geral nomeado por lista sêxtupla, para mandato de 03 (três) anos.
- 22.** Considerando a carreira de defensor público no Estado da Paraíba, marque a alternativa correta, dentre as abaixo elencadas:
- a) São funções privativas de Defensor Público do Estado, dentre outras: Subdefensor Público-Geral; Corregedor-Geral; os membros eleitos para compor o Conselho Superior da Defensoria Pública, os quais exercerão a função sem prejuízo das suas atribuições normais como Defensor Público do Estado.
- b) O Defensor Público-Geral do Estado, em sessão solene do Conselho Superior, dará posse aos Defensores Públicos nomeados, quando então estarão formalmente investidos no cargo público. É de 90 (noventa) dias, contados do ato de nomeação oficial, o prazo para a posse dos Defensores Públicos.
- c) Os membros da Defensoria Pública exercerão, nos órgãos de atuação, funções como titular ou substituto, em auxílio ou substituição de Defensor Público das demais classes da carreira, hipótese em que responderá isoladamente pelas funções que lhe são próprias.
- d) Aos membros da Defensoria Pública é assegurado o direito de comunicar-se com os seus assistidos, pessoal e reservadamente, contanto que sejam constituídos mediante procuração, quando estes se acharem presos,

detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares.

- e) O membro da Defensoria Pública do Estado está impedido de exercer suas funções em processo ou procedimento em que seja parte ou, de qualquer forma, interessado, em ações nas quais for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo, apenas em linha reta, até o terceiro grau.
- 23.** Considerando as normas processualísticas de nossa legislação vigente, temos, dentre as proposições abaixo relacionadas, como incorreta:
- a) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei e não se exclui da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- b) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- c) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo, sendo o incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.
- d) Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: expor os fatos em juízo conforme a verdade, confessando eventuais crimes e juntando provas contra si mesmo, caso assim for necessário, sob pena de cometer perjúrio.
- e) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos: em que o exija o interesse público ou social; que versem sobre casamento, divórcio, união estável, sendo os dados referentes à intimidade.
- 24.** No que tange à instrumentalização do processo, não podemos afirmar:
- a) A inadequação da via eleita em petição inicial, quando insanável, leva à extinção do processo com resolução de mérito.
- b) Condições da ação são requisitos processuais essenciais para o regular trâmite processual e eventual julgamento do mérito. No que tange ao processo civil, são tidas pela legitimidade

ad causam, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido.

- c) Os procedimentos especiais podem estar previstos nos códigos de processo ou em leis especiais e são previstos para determinados casos específicos. O procedimento comum é a regra, e este pode ser dividido em procedimento comum pelos ritos ordinário, sumário e sumaríssimo.
- d) Competência originária é aquela que faz o primeiro exame da causa. A competência originária costuma ser dos juízos de primeiro grau, mas há casos de ações de competência originária dos Tribunais.
- e) A peça exordial da qual logicamente não decorre dos fundamentos jurídicos e pedido é considerada inepta, implicando na extinção do feito sem resolução de mérito.
- 25.** Quanto à elaboração de petição inicial e seus requisitos, podemos afirmar:
- a) Da petição inicial deve constar obrigatoriamente o endereçamento, qualificação das partes, síntese fática, fundamentação jurídica, pedido e compêndio jurisprudencial completo, sem o qual a petição será considerada inepta.
- b) A petição inicial poderá ser aditada e emendada, sem oitiva da parte ex adverso, após apresentação de contestação, considerando o direito do autor em modificar o pedido no transcurso da demanda.
- c) À toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível, sendo, no caso de ação de alimentos, a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor.
- d) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência, sendo que a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental, caso no qual será exigido o pagamento de custas processuais.
- e) É ilícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles haja conexão, devendo o autor ingressar sempre com ações distintas para cada pedido, respeitando o princípio da ampla defesa.
- 26.** Segundo a lei civil brasileira, não são impedidos de casar:

- a) o homem e a mulher com dezesseis, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioria civil;
- b) os afins em linha reta;
- c) o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;
- d) os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;
- e) o adotado com o filho do adotante.
- 27.** A prescrição, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor, ocorre em:
- a) 02 anos;
- b) 05 anos;
- c) 10 anos;
- d) 03 anos;
- e) Nenhuma das alternativas.
- 28.** Resumidamente, o conceito jurídico de ato ilícito descreve qualquer ato que seja contrário ao direito. Assim, diante de tal conceito e segundo as normas de direito civil, considera-se ato ilícito:
- a) os atos que deterioram ou destroem coisa alheia, a fim de remover perigo iminente;
- b) os atos praticados em legítima defesa;
- c) os atos praticados no exercício regular de um direito reconhecido;
- d) ação ou omissão voluntária;
- e) os atos que causam lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- 29.** Quanto ao instituto da decadência, é incorreto afirmar que:
- a) salvo disposição legal em contrário, se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição;
- b) salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição;
- c) é nula a renúncia à decadência fixada em lei;
- d) deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei;
- e) se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- 30.** No processo de Mandado de Segurança, é correto afirmar que:
- a) não caberá a aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé;
- b) caberá a aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé;
- c) caberá a interposição de embargos infringentes, assim como condenação ao pagamento dos honorários advocatícios;
- d) não caberá condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, mas caberá a interposição de embargos infringentes;
- e) caberá condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, mas não caberá a aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.
- 31.** A respeito dos mecanismos de proteção aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 e dos remédios constitucionais, assinale, abaixo, a alternativa correta.
- a) A finalidade do habeas corpus é proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- b) A ação popular é remédio constitucional para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- c) O mandado de segurança coletivo caracteriza-se por ter dois ou mais impetrantes, que sejam pessoas físicas ou jurídicas, no polo ativo.
- d) O habeas data visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa e ao patrimônio histórico e cultural.

- e) Mandado de injunção é o instrumento constitucional a ser utilizado na hipótese de ausência de norma inviabilizar o exercício de direito ou de liberdade constitucional referente à cidadania ou à soberania.
- 32.** Ao dispor sobre o regime constitucional da educação, estabeleceu o constituinte, de forma expressa, os princípios com base nos quais o ensino será ministrado. Entre eles, encontram-se os seguintes:
- a) garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; e formação para o trabalho;
 - b) formação para o trabalho; e garantia de padrão de qualidade;
 - c) tratamento prioritário da pesquisa científica básica; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - d) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; e universalização do acesso aos bens e serviços educacionais;
 - e) garantia de padrão de qualidade; e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- 33.** Segundo o Código Civil, a perda do poder familiar é a forma mais grave de destituição desse poder, dando-se por ato judicial quando o pai ou mãe:
- a) incidir nas faltas aos deveres inerentes aos pais ou arruinando os bens dos filhos de forma reiterada.
 - b) castigar imoderadamente o filho;
 - c) abandonar o filho;
 - d) praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;
 - e) todas as alternativas estão corretas.
- 34.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei Federal 8069/90), medidas socioeducativas são aplicáveis ao adolescente que pratica um ato infracional - conduta descrita como crime ou contravenção penal aplicada após o devido processo legal. Diante do exposto, considera-se como internação em estabelecimento educacional:
- a) a prestação de serviço à comunidade com recolhimento para dormir na entidade destinada como abrigo;
 - b) a medida privativa de liberdade para estimular a reflexão sob fatos cotidianos e comportamentos que permitam ao adolescente a construção de uma convivência de cooperação;
 - c) a medida privativa da liberdade que deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, com obedecida rigorosa de separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração, assim como obrigatoriedade de atividades pedagógicas;
 - d) o recolhimento do infrator em local específico que priorize atividades de ensino técnico;
 - e) a medida privativa de liberdade em local específico próximo a sua residência familiar para estimular a ressocialização dos laços parentais.
- 35.** Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no que tange à adoção, não é correto afirmar que:
- a) é proibida a adoção por meio de instrumento de outorga;
 - b) a adoção é excepcional e irrevogável;
 - c) a adoção deve ser recorrida apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa;
 - d) podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, desde que casados;
 - e) em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando.
- 36.** No Direito Processual Civil, podemos afirmar que Contestação significa:

- a) modalidade processual em que o réu solicita o arquivamento pedido formulado pelo autor da ação;
 - b) modalidade processual em que o réu impugna o pedido formulado pelo autor da ação, defendendo-se tanto no plano processual quanto do mérito;
 - c) a demanda do réu contra o autor no mesmo processo em que está sendo demandado. É o contra-ataque que enseja o processamento simultâneo da ação principal e da reconvenção;
 - d) um ato-fato processual, consistente na não apresentação tempestiva da contestação;
 - e) preclusão em desfavor do réu do poder de alegar algumas matérias de defesa.
- 37.** Leia a declaração abaixo e assinale a alternativa que complementa, incorretamente, a ação do juiz.

O juiz declara aberta a audiência de instrução e manda apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar, exercendo o poder de polícia, incumbindo-lhe:

- a) registrar, em ata, a sua maneira, todos os requerimentos apresentados em audiência;
 - b) manter a ordem e o decoro na audiência;
 - c) ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente;
 - d) requisitar, quando necessário, força policial;
 - e) tratar, com urbanidade, as partes, os advogados, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como qualquer pessoa que participe do processo.
- 38.** Sobre a atuação processual da Defensoria Pública, analise as afirmativas abaixo.
- I. Se os interesses coletivos a serem defendidos forem de natureza individual homogênea, a Defensoria Pública não terá legitimidade ativa para atuar em prol dos consumidores, pois, nesse caso, inexistirá relevância social a ser preservada.

- II. A Defensoria Pública tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar em ações civis coletivas que buscam auferir responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- III. Além de representar judicial e extrajudicialmente os direitos dos necessitados, a Defensoria Pública possui, também, a função de zelar pela concretização dos direitos fundamentais sociais necessários a garantir a existência digna do indivíduo, bem como seu mínimo existencial.

Dentre as afirmativas acima, está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III;
 - b) III;
 - c) II e III;
 - d) II;
 - e) I e II.
- 39.** A Lei 13.105/2015 que regulamenta o Direito Processual Civil brasileiro trouxe importantes mudanças em vários dispositivos, mantendo outras, dentre as quais, podemos afirmar que:
- a) extingue-se, com resolução de mérito, quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição;
 - b) inicia-se por impulso oficial, desenvolvendo-se por iniciativa da parte;
 - c) extingue-se, sem resolução de mérito, quando as partes transigirem;
 - d) suspende-se, pela convenção das partes, caso em que nunca poderá exceder o prazo de um ano;
 - e) com a estabilização do processo após contestação, não se admite, em nenhuma hipótese, a alteração do pedido ou da causa de pedir.
- 40.** Sobre as atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, segundo a Lei Complementar de nº 104/2012, é correto afirmar que:

- a) a defensoria pública deverá prestar aos necessitados orientação permanente sobre seus direitos e garantias;
- b) a defensoria pública deverá conscientizar e motivar a população em geral sem distinção de classe social, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais;
- c) a defensoria pública deverá representar, em juízo, a todos sem distinção de classe social, na tutela de seus interesses individuais ou coletivos, no âmbito civil ou criminal, ou quaisquer outros, perante os órgãos jurisdicionais do Estado e fora deste em todas as instâncias, inclusive os Tribunais Superiores;
- d) a defensoria pública deve manter comissões gerais, específicas e provisórias, para apenas acompanhar propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa;
- e) nenhuma das alternativas.